



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos
Diretoria de Monitoramento e Avaliação para o Aperfeiçoamento das Políticas Públicas

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2023 DO COMITÊ DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE SUBSÍDIOS - Cmas

Reunião virtual, via Microsoft Teams, realizada dia 06 de julho de 2023, às 14:30

I - Pauta

- 1 **Avaliação do Fundo da Marinha Mercante (FMM)**
 - 1.1 Apresentação (30 minutos)
 - 1.2 Debate (15 minutos)
 - 1.3 Deliberação sobre as recomendações da avaliação (10 minutos)

- 2 **Avaliação do Pronac**
 - 2.1 Apresentação (30 minutos)
 - 2.2 Debate (15 minutos)
 - 2.3 Deliberação sobre as recomendações da avaliação (10 minutos)

- 3 Informes Gerais (5 minutos)

II - Reunião

Avaliação do Fundo da Marinha Mercante (FMM)

A avaliação do Fundo da Marinha Mercante, referente ao ciclo 2022 do Cmap, foi coordenada pela SMA e executada pela SMA e CGU. O Coordenador da avaliação apresentou os resultados e as recomendações da avaliação para deliberação dos membros do Comitê.

Recomendação Prioritária nº 1 ao Conselho Diretor do FMM

Promova esforços no sentido de negociar para que haja melhores condições de garantias aos financiamentos, com o objetivo de reduzir entraves à retomada dos financiamentos, inclusive averiguando a possibilidade de ser definido prazo máximo de contrato de prestação de serviços no setor de petróleo (usualmente utilizado como garantia de financiamentos pela marinha mercante) que atenda às necessidades de ambas as partes.

Debate: Representante do MGI (Luana Passos) perguntou se existem outras formas de financiamento que podem ser aprimoradas ou o foco é só nos financiamentos com a Petrobras. Ela sugeriu dividir a recomendação em duas partes. Representante da STN (David Athayde) questionou se esta recomendação busca fazer uma adequação dos prazos dos contratos de empréstimo do FMM para alinhá-los aos prazos que a Petrobras pratica no mercado de contratação de transportes marítimos e sugeriu uma redação alternativa. Avaliador da SMA (Leonardo Mello) explicou que a intenção é que o Conselho Diretor do FMM acorde com

a Petrobras contratos mais longos, com prazos maiores, alinhando-os ao prazo dos empréstimos, que já são bem definidos, disse que se a redação não estiver passando essa ideia, pode ser reescrita. Representante da CGU (Ronald Balbe) sugeriu manter a recomendação com redação única e não dividir em duas partes porque, embora a redação esteja longa, ela traz o objetivo muito claro logo no seu início. Membro da CGU (Tiago Lucas) explicou que não será tão difícil para a Petrobras colocar no plano estratégico dela contratos com prazos mais longos.

Proposta alternativa aprovada

Recomenda-se que o Conselho Diretor do FMM promova esforços no sentido de negociar para que haja melhores condições de garantias aos financiamentos, com o objetivo de reduzir entraves à retomada dos financiamentos, inclusive averiguando a possibilidade de definir prazos maiores de contrato de prestação de serviços no setor de petróleo (usualmente utilizado como garantia de financiamentos pela marinha mercante) que atenda às necessidades de ambas as partes.

Deliberação: A redação alternativa foi aprovada por unanimidade dos 8 membros presentes. STN (David Athayde), MGI (Luana Passos), SMA (Camila Soares), SOF (Ana Beatriz Cunha), CGU (Tiago Lucas), SPE (Camila Peixoto), CGU (Ronald Balbe), RFB (Fernando Mombelli).

Recomendação Prioritária nº 2 ao Ministério dos Portos

Avalie a adição de política de incentivo às empresas relacionadas ao setor de navegação interior e de travessia que fomente maior participação desses segmentos no público atendido pelo FMM.

Debate: A SMA propôs redação alternativa.

Proposta alternativa aprovada

Avalie a adição de política de incentivo às empresas relacionadas ao setor de navegação interior e de travessia que fomente, de forma eficiente, maior participação desses segmentos no público atendido pelo FMM e, caso cabível, faça a implementação.

Deliberação: A recomendação alternativa foi aprovada por maioria (7) dos 8 membros presentes. STN (David Athayde), CGU (Tiago Lucas), SPE (Camila Peixoto), MGI (Luana Passos), SMA (Camila Soares), CGU (Ronald Balbe), SOF (Ana Beatriz Cunha).

Recomendação Prioritária nº 3 ao Conselho Diretor do FMM

O estabelecimento de prioridades para aplicação dos recursos, a partir da identificação de necessidades e oportunidades do setor naval, preferencialmente atreladas a uma política de estado.

Debate: A SMA propôs redação alternativa. Representante da STN (David Athayde) perguntou se as

diretrizes governamentais da redação alternativa já existem ou se seriam construídas. Representante da SMA (Camila Soares) explicou que as diretrizes são aquelas constantes do PPA e demais instrumentos de planejamento do governo.

Proposta alternativa aprovada:

Estabeleça prioridades para aplicação dos recursos, a partir da identificação de necessidades e oportunidades do setor naval, preferencialmente atreladas a diretrizes governamentais prioritárias.

Deliberação: A proposta alternativa foi aprovada por unanimidade dos 8 membros presentes. SMA (Camila Soares), CGU (Tiago Lucas), SPE (Camila Peixoto), CGU (Ronald Balbe), STN (David Athayde), RFB (Fernando Mombelli), MGI (Luana Passos), SOF (Ana Beatriz Cunha).

Recomendação Complementar nº 1 ao Conselho Diretor do FMM

Identifique as necessidades dos diversos segmentos abrangidos pelo Fundo, tornando-o atrativo para aqueles que atualmente buscam outras linhas de recursos, com a introdução de faixas de atendimento relacionado a grupos setoriais e regionais, ampliando o alcance da ação governamental e o impacto na sociedade.

Debate: não houve debate

Deliberação: A recomendação complementar foi mantida por unanimidade dos 8 membros presentes. SMA (Camila Soares), CGU (Tiago Lucas), SPE (Camila Peixoto), CGU (Ronald Balbe), STN (David Athayde), RFB (Fernando Mombelli), MGI (Luana Passos), SOF (Ana Beatriz Cunha).

Recomendação Complementar nº 2 ao Ministério dos Portos

Estude a criação de mecanismos para promoção do incremento da produtividade da indústria naval brasileira.

Debate: não houve debate.

Deliberação: A recomendação alternativa foi mantida por unanimidade dos 8 membros presentes. SMA (Camila Soares), CGU (Tiago Lucas), SPE (Camila Peixoto), CGU (Ronald Balbe), STN (David Athayde), RFB (Fernando Mombelli), MGI (Luana Passos), SOF (Ana Beatriz Cunha).

Recomendação Complementar nº 3 ao Conselho Diretor do FMM

Estabeleça procedimento regular para atualização dos representantes governamentais com assento no Conselho Diretor, adequando-se à repartição de competências entre as pastas ministeriais envolvidas, corrigindo-se distorções e eventuais conflitos de interesse, tais como a participação de proponentes e agentes financeiros.

Debate: não houve debate.

Deliberação: A recomendação alternativa foi mantida por unanimidade dos 8 membros presentes. SMA (Camila Soares), CGU (Tiago Lucas), SPE (Camila Peixoto), CGU (Ronald Balbe), STN (David Athayde), RFB (Fernando Mombelli), MGI (Luana Passos), SOF (Ana Beatriz Cunha).

Recomendação Complementar nº 4 ao Conselho Diretor do FMM

Reavalie os procedimentos para obtenção de crédito, desde a priorização até a celebração do termo, de modo a reduzir o tempo do processo, ampliando a interface dos interessados com os agentes financeiros.

Debate: não houve debate.

Deliberação: A recomendação alternativa foi mantida por unanimidade dos 8 membros presentes. SMA (Camila Soares), CGU (Tiago Lucas), SPE (Camila Peixoto), CGU (Ronald Balbe), STN (David Athayde), RFB (Fernando Mombelli), MGI (Luana Passos), SOF (Ana Beatriz Cunha).

2. Avaliação do Pronac

A avaliação do Pronac, referente ao ciclo 2022 do Cmap, foi coordenada pela CGU e executada por CGU e Ipea com apoio do *Evidence Express* da Enap. O Coordenador da avaliação apresentou os resultados e as recomendações da avaliação para deliberação dos membros do Comitê.

Recomendação Prioritária nº 1 ao Ministério da Cultura

Efetuar, em normativo, a priorização do público-alvo do Pronac, de modo a atender as parcelas da população que mais necessitam de acesso às fontes de cultura, os produtores culturais que mais necessitam do incentivo tributário e as regiões mais carentes de acesso à cultura.

Debate: Não houve debate.

Deliberação: A recomendação foi aprovada por unanimidade dos 8 membros presentes. SMA (Camila Soares), SPE (Camila Peixoto), CGU (Tiago Lucas), SOF (Ana Beatriz Cunha), MGI (Luana Passos), STN (David Athayde), CGU (Ronald Balbe), CC/PR (Karina Félix).

Recomendação Prioritária nº 2 ao Ministério da Cultura

Promover alterações na instrução normativa que regulamenta o mecanismo de Incentivo Fiscal (Mecenato) de modo a contemplar:

- i. a obrigatoriedade de que o parecer técnico de análise do projeto faça referência expressa à aderência da proposta aos objetivos e finalidades da Lei nº 8.313/1991 e do Decreto que a regulamenta, informando, inclusive, os artigos que serão contemplados pelo projeto, além de discriminar as etapas e produtos necessários para o alcance desses objetivos;
- ii. a obrigatoriedade de que na prestação de contas, no âmbito do parecer de avaliação do objeto, seja contemplado o detalhamento de como os objetivos e as finalidades previstos na Lei nº 8.313/1991 e no Decreto que a regulamenta foram atingidos;
- iii. ampliação do percentual de captação mínimo necessário para o início da execução de projetos.

Debate: Representante do MGI (Luana Passos) questionou se os diversos elementos da recomendação não dificultariam sua implementação. Representante da SMA (Camila Soares) esclareceu que houve um alinhamento com a nova equipe do Ministério da Cultura e uma sinalização positiva a respeito das recomendações. O intuito do item (i) da recomendação em tela seria dar maior robustez aos pareceres técnicos de análise de projetos. A equipe técnica da CGU, que coordenou a avaliação, lembrou que há

previsão legal de que alguns pontos de análise sejam abordados nos pareceres, mas que, atualmente, não são sempre expressos nesses documentos. Representante da CGU (Ronald Balbe) ponderou que há um percentual elevado de recomendações oriundas de avaliações e auditorias que não são implementadas e que sempre haveria uma forma alternativa de recomendar.

Deliberação: A recomendação foi aprovada por unanimidade dos 8 membros presentes. STN (David Athayde), CGU (Tiago Lucas), SPE (Camila Peixoto), SOF (Ana Beatriz Cunha), SMA (Camila Soares), MGI (Luana Passos), CGU (Ronald Balbe), CC/PR (Karina Félix).

Recomendação Prioritária nº 3 ao Ministério da Cultura

Aprimorar as ações de planejamento e monitoramento da execução do Pronac, contemplando os seguintes aspectos:

- i. realizar estudos anuais para o estabelecimento de diretrizes, metas e indicadores de resultados a serem contemplados em seu plano anual;
- ii. promover avaliação anual sobre a execução do Pronac, trazendo informações relevantes sobre o desenho, a implementação e os resultados do programa, além de demonstrar o cumprimento do que foi estabelecido em seu plano anual.

Debate: Representante do MGI (Luana Passos) sugeriu que fosse acrescentado à recomendação a construção do modelo lógico, uma vez que este não existe. O coordenador da avaliação (Atylla Ribeiro) concordou com o acréscimo desse ponto, que foi adicionado à redação alternativa.

Proposta alternativa aprovada

Aprimorar as ações de planejamento e monitoramento da execução do Pronac, contemplando os seguintes aspectos:

- i. Elaborar o modelo lógico do Pronac;
- ii. Realizar estudos anuais para o estabelecimento de diretrizes, metas e indicadores de resultados a serem contemplados em seu plano anual;
- iii. Promover avaliação anual sobre a execução do Pronac, trazendo informações relevantes sobre o desenho, a implementação e os resultados do programa, além de demonstrar o cumprimento do que foi estabelecido em seu plano anual.

Deliberação: A recomendação, em sua nova redação, foi aprovada por unanimidade dos 8 membros presentes. SMA (Camila Soares), CC/PR (Karina Félix), SOF (Ana Beatriz Cunha), SPE (Camila Peixoto), MGI (Luana Passos), CGU (Tiago Lucas), STN (David Athayde), CGU (Ronald Balbe).

Recomendação Prioritária nº 4 ao Ministério da Cultura

Recomenda-se ao Ministério da Cultura:

- i. criar metodologia para a identificação de projetos que apresentem potencial lucrativo ou capacidade de atrair suficientes investimentos privados, independentemente do Mecenato, e aplicá-la na fase de

análise das propostas a esse mecanismo, permitindo ao gestor concluir sobre o enquadramento aos requisitos previstos no Art. 9º da Lei 8.313/91, o qual direciona ao FICART projetos comerciais autossustentáveis financeiramente.

- ii. realizar estudos e adotar providências para aumentar a atratividade e estimular a criação de novos fundos Ficart.
- iii. priorizar a execução do FNC em níveis semelhantes ao Mecenato, observada a disponibilidade orçamentária, promovendo a desconcentração dos recursos da área cultural.

Debate: Não houve debate.

Deliberação: A recomendação foi aprovada por maioria (6) dos 8 membros presentes. SMA (Camila Soares), MGI (Luana Passos), SPE (Camila Peixoto), CGU (Tiago Lucas), CGU (Ronald Balbe) e SOF (Ana Beatriz Cunha).

Recomendação Prioritária nº 5 ao Ministério da Cultura

Recomenda-se ao Ministério da Cultura:

- i. implementar mecanismos para melhoria de qualidade dos pareceres emitidos, em ações conjuntas e orientativas com as Unidades de Análise Técnica, e de uniformização de procedimentos, atribuindo, formalmente, a gestão de qualidade a uma área específica dentro da estrutura ministerial;
- ii. inserir funcionalidade nos sistemas corporativos da Cultura que permita distribuição aleatória de projetos entre pareceristas credenciados.

Debate: Houve a proposição de uma redação alternativa pela SMA para o item ii. Todos concordaram com a nova redação.

Proposta alternativa aprovada

Recomenda-se ao Ministério da Cultura:

- i. implementar mecanismos para melhoria de qualidade dos pareceres emitidos, em ações conjuntas e orientativas com as Unidades de Análise Técnica, e de uniformização de procedimentos, atribuindo, formalmente, a gestão de qualidade a uma área específica dentro da estrutura ministerial;
- ii. definir, em normativo, critérios objetivos para distribuição dos projetos entre pareceristas credenciados.

Deliberação: A proposta alternativa foi aprovada por maioria (7) dos 8 membros presentes. SPE (Camila Peixoto), MGI (Luana Passos), STN (David Athayde), SMA (Camila Soares), SOF (Ana Beatriz Cunha), CGU (Tiago Lucas) e CGU (Ronald Balbe).

Recomendação Prioritária nº 6 ao Ministério da Cultura

Promover estudos para a desburocratização de processos e para a otimização de recursos humanos e tecnológicos, dentre outros, implementando metodologia para dimensionar a força de trabalho, a fim de promover a melhoria dos processos de trabalho.

Debate: Representante da SMA (Camila Soares) apresentou uma proposta de redação alternativa que incluía o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos como parceiro do Ministério da Cultura na elaboração de estudos que promovam a desburocratização de processos e o dimensionamento da força de trabalho. Representante do MGI (Luana Passos) concordou com essa inclusão, uma vez que o dimensionamento da força de trabalho é assunto afeto ao MGI.

Proposta alternativa aprovada

Recomenda-se ao Ministério da Cultura, em articulação com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, promover a desburocratização de processos e a otimização de recursos humanos e tecnológicos, dentre outros, implementando sistemas e metodologia para dimensionar a força de trabalho.

Deliberação: A proposta alternativa foi aprovada por unanimidade dos 8 membros presentes. SNT (David Athayde), SOF (Ana Beatriz Cunha), SMA (Camila Soares), MGI (Luana Passos), CGU (Tiago Lucas), SPE (Camila Peixoto), CC/PR (Karina Félix), CGU (Ronald Balbe).

Recomendação Prioritária nº 7 ao Ministério da Cultura

Criar arcabouço estruturado de gestão de riscos e instituir o Comitê de Governança, Riscos e Controles no âmbito do novo Ministério, em observância à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01-2016.

Debate: Representante do MGI (Luana Passos) questionou a presença da expressão “no âmbito do novo Ministério”. Avaliador da CGU (Atylla Ribeiro) concordou com a retirada do termo, conformando-se uma nova redação.

Proposta alternativa aprovada

Criar arcabouço estruturado de gestão de riscos e instituir o Comitê de Governança, Riscos e Controles em observância à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01-2016.

Deliberação: A nova redação da recomendação foi aprovada por unanimidade dos 8 membros presentes. SOF (Ana Beatriz Cunha), SMA (Camila Soares), MGI (Luana Passos), SPE (Camila Peixoto), CGU (Tiago Lucas), CC/PR (Karina Félix), CGU (Ronald Balbe), STN (David Athayde).

Recomendação Prioritária nº 8 ao Ministério da Cultura

Promover melhorias e aprimoramentos no sistema corporativo da cultura, de modo a permitir o adequado acompanhamento do desempenho da política pública, da conformidade de sua execução, bem como para facilitar o exercício do direito de acesso à informação de interesse público e propiciar as condições adequadas à realização do controle social efetivo.

Debate: Representante da SMA (Camila Soares) apresentou uma nova proposta de redação com maior

ênfase na transparência ativa da política pública. O coordenador da avaliação concordou com as alterações da nova redação.

Proposta alternativa aprovada

Promover melhorias e aprimoramentos nos seus sistemas corporativos de modo a dar transparência ativa à política pública, permitindo o acompanhamento do desempenho e da conformidade da execução, o acesso à informação e o controle social efetivo.

Deliberação: A redação alternativa foi aprovada por maioria (7) dos 8 membros presentes. SMA (Camila Soares), MGI (Luana Passos), STN (David Athayde), SPE (Camila Peixoto), SOF (Ana Beatriz Cunha), CGU (Tiago Lucas), CGU (Ronald Balbe).

Recomendação Prioritária nº 9 ao Ministério da Cultura

Recomenda-se ao Ministério da Cultura:

- i. promover a rearticulação das instâncias decisórias (Conselho Nacional de Políticas Culturais, Comissão Nacional do Fundo e Comissão Nacional de Incentivos Culturais) de forma a constituir programas de trabalho anual definidores de diretrizes, objetivos e estratégias políticas temporalmente orientadas;
- ii. promover a ampliação da participação das empresas com recursos próprios no financiamento, reavaliando e graduando as alíquotas de renúncia por segmento e porte do projeto e a partir de diretrizes do órgão gestor, do Conselho Nacional de Políticas Culturais e da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura.

Debate: Representante do MGI (Luana Passos) questionou se a intenção da recomendação é promover uma rearticulação ou uma articulação inédita. Técnico do Ipea (Frederico Barbosa) esclareceu que a intenção é promover uma rearticulação, pois houve alguns momentos em que essa articulação funcionou melhor e hoje, é preciso que as instâncias de deliberação sejam melhor articuladas. Houve uma nova proposta de redação com ajustes pontuais, dando ênfase a uma “articulação efetiva”.

Proposta alternativa

Recomenda-se ao Ministério da Cultura:

- i. promover a articulação efetiva das instâncias decisórias (Conselho Nacional de Políticas Culturais, Comissão Nacional do Fundo e Comissão Nacional de Incentivos Culturais) de forma a constituir programas de trabalho anual definidores de diretrizes, objetivos e estratégias políticas temporalmente orientadas;
- ii. promover a ampliação da participação das empresas com recursos próprios no financiamento, reavaliando e graduando as alíquotas de renúncia por segmento e porte do projeto e a partir de diretrizes do órgão gestor, do Conselho Nacional de Políticas Culturais e da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura.

Deliberação: A recomendação, em sua nova redação, foi aprovada por maioria (7) dos 8 membros presentes. STN (David Athayde), SMA (Camila Soares), SOF (Ana Beatriz Cunha), CGU (Ronald Balbe), MGI (Luana Passos), CGU (Tiago Lucas), SPE (Camila Peixoto).

3. Informes Gerais

A Diretora da DMAP/SMA, Camila Soares, agradeceu aos coordenadores das avaliações, aos executores, aos membros do Cmas pela participação, e às equipes de apoio. Por fim, encerrou a reunião.

CAMILA SOARES
Coordenadora Suplente do Cmas

ANA BEATRIZ SABBAG CUNHA
Secretaria de Orçamento Federal

CAMILA FERRAZ PEIXOTO CAVALCANTE
Secretaria de Política Econômica

DAVID REBELO ATHAYDE
Secretaria do Tesouro Nacional

FERNANDO MOMBELLI
Receita Federal do Brasil

RONALD BALBE
Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União

TIAGO LUCAS DE OLIVEIRA AGUIAR
Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União

LUANA PASSOS
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

KARINA FÉLIX CARDOSO
Secretaria Especial de Assuntos Governamentais – SAG/CC/PR



Documento assinado eletronicamente por **Camila Mata Machado Soares, Diretor(a)**, em 25/08/2023, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luana Passos de Souza, Assessor(a)**, em 25/08/2023, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Sabbag Cunha, Coordenador(a)-Geral**, em 29/08/2023, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Ferraz Peixoto Cavalcante, Coordenador(a)-Geral**, em 30/08/2023, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Cleise da Silva de Assis, Coordenador(a)-Geral**, em 30/08/2023, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clara Maria Guimarães Marinho Pereira, Coordenador(a)-Geral**, em 30/08/2023, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **David Rebelo Athayde, Subsecretário(a)**, em 31/08/2023, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Mombelli, Auditor(a) Fiscal**, em 31/08/2023, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Lucas de Oliveira Aguiar, Usuário Externo**, em 25/09/2023, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ronald da Silva Balbe, Usuário Externo**, em 20/10/2023, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karina Felix Cardoso, Usuário Externo**, em 26/10/2023, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **36841017** e o código CRC **9D655CDC**.